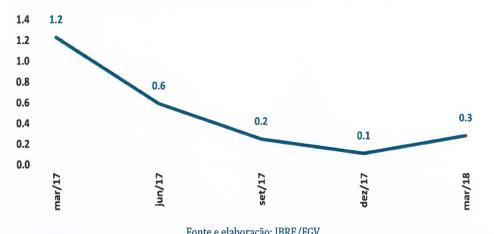


PIB – PERDENDO FORÇA

A trajetória do PIB nacional não demonstrou muita força no 1º trimestre deste ano e, embora crescendo a 3%, o melhor trimestre desde setembro passado ficou muito abaixo de março a junho/17. Comparado a março/17 cresceu 0,9%. Mas a trajetória de queda até dezembro inverteu a curva.

Gráfico 1: Taxa de variação trimestral do PIB (comparado aos trimestres imediatamente anteriores, %)



Na medida em que se aprofunda o déficit do setor público, vão perdendo força as variáveis que comandam o setor privado, especialmente no setor serviços, por falta de investimentos em projetos de infraestrutura.

O ambiente político ligado às eleições de outubro é, no mínimo, de incertezas. A insistência da senadora Gleisi Hoffman, presidente do PT, em manter a candidatura do ex-presidente Lula, é um convite à indefinição e, até mesmo, ao tumulto da eleição presidencial. Nesse clima de incertezas, ninguém sabe como poderiam ser equacionadas as reformas básicas da previdência social, do sistema tributário e, até mesmo, a conclusão da reforma trabalhista.

Os políticos brasileiros vão ficar devendo ao País e ao povo o encaminhamento das soluções para sair da crise. Daí a importância do nosso voto nas próximas eleições.

MERCADO DE TRABALHO

Surgiu o sinal mais positivo e evidente de que estamos deixando para trás a recessão: em abril, segundo o Ministério do Trabalho, foram criados 115,9 mil novos empregos, o melhor resultado nos últimos cinco anos. Entre os 27 Estados, 22 tiveram mais contratações do que demissões. Até o Rio de Janeiro melhorou: 94,3 mil admissões e 86,9 mil desligamentos, com saldo positivo de 7,3 mil vagas.

No acumulado do 1º quadrimestre, houve criação de 336,8 mil empregos, segundo a Caged.

O SISTEMA S

O empresariado do comércio vê com alguma simpatia o desempenho do Presidente Temer, principalmente por ter “desaparelhado o Governo”, limpando a Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica e outras empresas estatais de avanço lula-petista que abriu as portas da Lava-Jato. À sombra do Governo, trabalha silenciosamente o Sistema S, Sesi/Senai, Sesc/Senac, Senat/Senar que garante o bom relacionamento entre o capital e o trabalho, proporcionando formação profissional, lazer e cultura à grande massa dos trabalhadores. Pode-se afirmar, com orgulho, que o Sistema S é o conjunto de instituições mais destacado dos serviços sociais.

Veza por outra, surgem iniciativas para perturbar a ordem do Sistema, sejam propostas para apropriar-se de parte de seus recursos ou, até mesmo, o encerramento de suas atividades.

Sem mais nem menos, sem qualquer consulta aos interessados,

desavisadamente, o Presidente Temer baixou o Decreto nº 9.364, em 8/5/18, regulamentando o Senac.

Não se sabe de onde proveio a iniciativa desse novo Decreto, incluindo “pessoas ameaçadas” entre os usuários dos programas do Senac gratuito. Não cabe ao Senac assumir os encargos sociais contemplados no distorcido Decreto.

A título de esclarecimento, “pessoas ameaçadas” são “vítimas e testemunhas ameaçadas” e “crianças e adolescentes ameaçados de morte”, conforme a Lei nº 9.807/1999. Trata-se de um claro desvio de finalidade do Senac. Lastimável.

O PREÇO DO PETRÓLEO

Em 2014, quando acelerou a produção do petróleo de xisto, nos Estados Unidos, o mercado mundial passou a acreditar que a nova fonte seria capaz de atender o crescimento da demanda mundial, ao nível de US\$40,00 a US\$55,00 o barril, tornando-se mais independente do controle e das decisões da OPEP. Essa disciplina do mercado durou cerca de três anos (de 2015 a 2017), mas a partir de 2018 a curva dos preços caminhou para um novo limite de US\$80,00/barril.

A contínua expansão da economia mundial, inclusive sob o inusitado crescimento da China, mudou o curso das expectativas e passou a um novo marco psicológico de alta dos preços. A feição do mercado, hoje, é ditada pelo declínio dos estoques mundiais, forte aumento da demanda e restrição da oferta decorrente, entre outros, da Venezuela, Angola e os países membros da OPEP.

A perspectiva de maiores restrições ambientais ao consumo de energia fóssil não prosperou, na medida

em que perdeu força a tese do agravamento do “efeito estufa” provocado pelo gás carbônico (CO²). Assim sendo, conclui-se que a era dos baixos preços do petróleo cedeu lugar à consolidação dos preços altos, como estamos assistindo atualmente.

A recente política de preços da Petrobras, sob o comando do presidente Pedro Parente, passou a praticar oscilações diárias, acompanhando as variações das cotações internacionais, mais as variações da taxa de câmbio.

Recentemente, o aumento do preço internacional mais a desvalorização cambial produziram um inusitado impacto sobre as tarifas rodoviárias no Brasil de mais de 20% e paralisou as empresas de transporte de carga e os caminhoneiros, em greve, com brutal impacto sobre a economia. Em decorrência da crise dos transportes, a Petrobras reduziu em 10% o preço do óleo diesel e o Governo reduziu a zero os tributos Cide e PIS/COFINS sobre os combustíveis.

Mas não houve acordo nas negociações entre o Governo, a Petrobras e os transportadores; e a greve continua, ainda mais com a ameaça de adesão dos petroleiros.

ATIVIDADES ECONÔMICAS

As medidas apresentadas para pôr fim à greve dos caminhoneiros podem agravar o rombo nas contas públicas e ampliar as incertezas em relação à recuperação econômica.

Entre as medidas está à redução de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel por 60 dias e a isenção de pagamento de pedágio para eixos suspensos de caminhões vazios.

Os investidores interpretaram as mudanças temporárias na política de preços da Petrobras como

intervencionismo. As consequências podem ir além do mercado financeiro e atingir a economia real, inclusive as taxas de inflação e juros.

O fim da incidência do PIS/COFINS sobre o diesel coloca o Governo Federal perto de descumprir a meta de déficit primário deste ano, R\$159 bilhões.

O indicador de nível de atividade da indústria da construção recuou 0,2 ponto na passagem de março para abril, atingindo 46,9 pontos, segundo a Sondagem da Indústria da Construção, divulgada pela CNI. Trata-se de um patamar inferior ao neutro (50,0 pontos) e indica queda do nível de atividade. Todavia, esse resultado é melhor do que o observado no período de 2017 (43,3 pontos).

PIB e Investimentos

Contrariando as previsões de um pequeno crescimento no primeiro trimestre, o IBC-Br caiu 13% em relação ao último trimestre de 2017. Em março, a queda foi de 0,74% ante fevereiro.

Em março, o comportamento do IBC-BR foi influenciado pela queda de 0,1% da produção industrial, recuo de 0,2% dos serviços e alta de 0,3% do varejo, medidos pelas pesquisas setoriais do IBGE.

A recente estimativa indica que o crescimento do PIB de 2018 deve ficar próximo de 2%, diferente dos 3% estimados por parte do mercado.

O indicador que incorpora projeções para a produção nos setores da economia, bem como o impacto dos impostos sobre os produtos, interrompe série de quatro trimestres de expansão.

Indústria

A produção Industrial brasileira caiu 0,1% em março, frente a fevereiro,

voltando ao terreno negativo após avanço de 0,1% no mês anterior. O resultado abaixo das expectativas do mercado pode levar a uma revisão para baixo a perspectiva para o PIB deste ano.

Com a retomada, ainda lenta, do crescimento econômico, a indústria brasileira voltou a investir. De acordo com a CNI, 76% das empresas investiram em 2017, melhor resultado desde 2014, quando foi de 81%. Em 2016, a proporção foi de apenas 67%. O principal investimento feito pelas indústrias em 2017 foi a compra de máquinas e equipamentos, com 64% das respostas. Compra de novas tecnologias, incluindo automação, veio em segundo lugar, com 14%.

Comércio

A Intenção do Consumo das famílias (ICF), medida pela CNC, cresceu 0,2% de abril para maio e alcançou 87,1 pontos em uma escala de zero a 200 pontos. Na comparação com maio do ano passado, o indicador avançou 12,1%.

Apesar das altas, o indicador ainda se situa abaixo do patamar positivo de confiança, acima dos 100 pontos. Isso demonstra a permanência da insatisfação das famílias com a crise econômica.

A projeção da CNC para crescimento do varejo aumentou de 5% para 5,4% este ano.

Agricultura

A redução da colheita de milho no País levou o Conselho Internacional de Grãos (IGC) a ajustar para baixo sua estimativa para a produção mundial do cereal, safra 2017/2018. Segundo o órgão, o volume global chegará a 2,091 bilhões de toneladas, dois milhões inferior ao previsto anteriormente, 48 milhões de toneladas menos que o registrado no ciclo 2016/2017. Para a

próxima temporada (2018/2019), o IGC projeta uma nova redução de 2,089 bilhões de toneladas. Segundo o órgão, a produção mundial de soja alcançará 336 milhões de toneladas em 2017/18 e 356 milhões em 2018/19.

Mercado de Trabalho

Os dados do Caged, divulgado pelo Ministério do Trabalho, registraram abertura líquida de 115,9 mil vagas formais de trabalho em abril. O número de admitidos recuou 3,6% na margem, enquanto o volume de desligamentos caiu 2,7%. Assim, a média trimestral de geração de vagas manteve-se em torno de 13 mil postos de trabalho, ainda na série livre de efeito sazonal.

A taxa de desemprego atingiu 13,1% entre janeiro e março de 2018, segundo dados da PNAD/IBGE. Esse resultado é 0,6 p.p. inferior ao observado no mesmo período de 2017, mantendo trajetória de redução gradual da desocupação.

Sistema Financeiro

O estoque total de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN) atingiu o patamar de R\$ 3,090 trilhões em abril, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central. Na comparação com março, houve crescimento de 0,3% (sem ajuste sazonal), resultado da expansão da carteira de pessoa física (PF) em 0,6%, compensando a contração de 0,1% na carteira de jurídica (PJ). Na comparação com o mesmo período de 2017, houve alta de 0,6%.

Inflação

O IGP-M de maio variou 1,38%, ante a alta de 0,57% no mês anterior, conforme divulgado pela FGV. No acumulado de 12 meses, o índice registrou elevação de 4,26%. A

aceleração na margem foi explicada pela maior variação dos preços no atacado dos produtos industriais, passando de 0,03% para 2,32%, incorporando a inflação mais intensa do minério de ferro.

O IPCA-15 de maio registrou alta de 0,14%, de acordo com o IBGE. O recuo do indicador em relação a abril, quando houve alta de 0,21%, foi explicado principalmente pela deflação dos preços de alimentos e transportes. Com esse resultado, o IPCA-15 acumulou elevação de 2,7% nos últimos doze meses e de 1,2% neste ano.

O IGP-10 subiu 1,11% em maio, ante 0,56% em abril. O índice acumula alta de 3,18% no ano e 3,58% em 12 meses.

Setor Público

A arrecadação total da Receita Federal foi de R\$ 130,8 bilhões em abril, representando crescimento real de 7,83%, em relação ao mesmo período de 2017. No acumulado do ano, a arrecadação chegou a R\$ 497,21 bilhões em valores correntes, um avanço interanual de 8,27%. Vale destacar que as receitas foram favorecidas pelo aumento da arrecadação dos royalties de petróleo. Além disso, a arrecadação segue favorecida pela retomada gradual da atividade econômica e por fatores não recorrentes, como o parcelamento de débitos tributários e a alteração da legislação do PIS/COFINS.

O Ministério do Planejamento anunciou uma revisão na sua estimativa para a arrecadação em 2018, que deve ficar em R\$ 7,624 bilhões acima do previsto anteriormente. O dado consta do relatório de avaliação de receitas e despesas referente ao segundo bimestre, que prevê a arrecadação com tributos e impostos que será de R\$ 1,470 trilhão neste ano. No relatório anterior, relativo

ao primeiro bimestre, a estimativa era que ficasse em R\$ 1,462 trilhão. A revisão para cima na arrecadação ocorre apesar de indicadores apontarem que a economia brasileira cresce em ritmo mais lento que o esperado. No mesmo relatório, o próprio Governo reduziu, de 2,97% para 2,5%, a previsão para o crescimento do PIB.

Setor Externo

A conta de transações correntes apresentou superávit de US\$ 620 milhões em abril de 2018. Esse foi o terceiro mês seguido de saldo positivo. No acumulado dos quatro primeiros meses do ano, o resultado de 2018 é o melhor desde 2007, quando as contas externas registraram superávit de US\$1,8 bilhões de janeiro a abril.

A balança comercial brasileira registrou um superávit de US\$ 1,924 bilhão na terceira semana de maio. O saldo positivo é resultado da exportação de US\$5,293 e importação de US\$3,368. No mês, as exportações somam US\$14,193 bilhões e as importações US\$ 9,133 bilhões, com saldo positivo de US\$ 5,059 bilhões. No ano, as exportações totalizam US\$88,725 bilhões e as importações, US\$63,44 bilhões, resultando saldo positivo de US\$ 25,381 bilhões.